

Síntese de Legislação Nacional e Comunitária

10 a 12 de dezembro de 2012

Legislação Nacional

«Bolsa de Terras»

[Lei n.º 62/2012 | Série n.º 238, de 10/12](#)

Cria a bolsa nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril, designada por «Bolsa de terras».

Este regime de Bolsa de terras aplica-se aos prédios rústicos e aos prédios mistos, de acordo com os registos matriciais, a todos aqueles que sejam integrados voluntariamente pelos seus proprietários e aos baldios.

A bolsa de terras tem por objetivo facilitar o acesso à terra, quando as mesmas não sejam utilizadas, através de uma melhor identificação e promoção da sua oferta.

Assim, a bolsa de terras, cuja gestão cabe ao Ministério da Agricultura, disponibiliza para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência as terras com aptidão agrícola, florestal e silvopastoril.

A presente lei entra em vigor a 20 de dezembro de 2012 e será revista no prazo de cinco anos a contar desta data.

«Bolsa de Terras» / Benefícios Fiscais

[Lei n.º 63/2012 | Série n.º 238, de 10/12](#)

Aprova benefícios fiscais e reduções emolumentares à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da «Bolsa de terras».

Neste âmbito, a taxa do imposto municipal sobre imóveis prevista para os prédios rústicos (atualmente de 0,8%) é, mediante deliberação da assembleia municipal, obrigatoriamente reduzida entre 50 % e 100 %.

No entanto, estes benefícios apenas produzirão efeitos após a cessação da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal celebrado com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu, bem como, depois de concluída a avaliação geral dos prédios rústicos prevista no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Julgamento na Ausência do Arguido

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 9/2012 I Série n.º 238, de 10/12](#)

Estabelece a seguinte jurisprudência: *“Notificado o arguido da audiência de julgamento por forma regular, e faltando injustificadamente à mesma, se o tribunal considerar que a sua presença não é necessária para a descoberta da verdade (...), deverá dar início ao julgamento, sem tomar quaisquer medidas para assegurar a presença do arguido, e poderá encerrar a audiência na primeira data designada, na ausência do arguido, a não ser que o seu defensor requeira que ele seja ouvido na segunda data marcada”.*

Programa Revitalizar

[Despacho n.º 15653/2012 II Série Parte C n.º 238, de 10/12](#)

Cria a Comissão Técnica Interministerial do Programa Revitalizar, a qual é coordenada pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P.

Destacam-se como principais atribuições desta Comissão:

- Promover a operacionalização das medidas do Programa Revitalizar;
- Pronunciar-se, quando solicitada, sobre matérias, iniciativas ou do Programa Revitalizar;
- Assegurar a articulação entre as entidades envolvidas no Programa Revitalizar;
- Analisar situações de particular complexidade e que requeiram especial articulação entre vários ministérios e organismos.

Modelos de Receita Médica

[Despacho n.º 15700/2012 II Série Parte C n.º 238, de 10/12](#)

Aprova os modelos de receita médica, no âmbito da regulamentação da Portaria n.º 137-A/2012, de 11 de maio.

Plantas Agrícolas

[Decreto-Lei n.º 259/2012 I Série n.º 239, de 11/12](#)

Altera o [Decreto-Lei n.º 154/2004](#), de 30 de junho, no que se refere aos caracteres que, no mínimo, devem ser apreciados pelo exame e às condições mínimas para o exame de determinadas variedades de espécies de plantas agrícolas.

Transpõe a Diretiva de Execução n.º [2012/8/UE](#), da Comissão, de 2 de março de 2012, relativa a esta matéria.

Concessão do Serviço Público Aeroportuário à ANA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2012 | Série n.º 240, 12/12](#)

Aprova a celebração do contrato de concessão de serviço público aeroportuário entre o Estado Português e a ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. relativo aos aeroportos de Lisboa (Portela), do Porto (Francisco Sá Carneiro), de Faro, de Ponta Delgada (João Paulo II), de Santa Maria, da Horta, das Flores e do designado Terminal Civil de Beja.

Proteção dos Animais de Companhia

[Decreto-Lei n.º 260/2012 | Série n.º 240, 12/12](#)

Altera o [Decreto-Lei n.º 276/2001](#), de 17 de outubro, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia.

Legislação Comunitária

Nomenclatura Combinada

[Regulamento de Execução n.º 1170/2012](#) da Comissão, de 3 de dezembro de 2012

Relativo à classificação de grinalda de flores artificiais de cores diferentes, numa imitação dos colares havaianos nas mercadorias na Nomenclatura Combinada. **(JO L 337 de 11/12)**

e

[Regulamento de Execução n.º 1171/2012](#) da Comissão, de 3 de dezembro de 2012

Relativo à classificação de um artefacto têxtil confeccionado para o acondicionamento de pequenos objetos nas mercadorias na Nomenclatura Combinada. **(JO L 337 de 11/12)**

e

[Regulamento de Execução n.º 1172/2012](#) da Comissão, de 3 de dezembro de 2012

Relativo à classificação de Toalhetes nas mercadorias na Nomenclatura Combinada. **(JO L 337 de 11/12)**

Resíduos / Casco de Vidro

[Regulamento n.º 1179/2012](#) da Comissão, de 10 de dezembro de 2012

Estabelece os critérios para determinar em que momento o casco de vidro deixa de constituir um resíduo na aceção da Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

Neste âmbito o presente regulamento estabelece que:

- O casco de vidro deve respeitar uma especificação de cliente, uma norma ou uma especificação industrial, para utilização direta na produção de substâncias ou objetos de vidro por refusão em instalações de produção de vidro.
- Só podem ser utilizados como matéria-prima resíduos provenientes da recolha de vidro côncavo recuperável, vidro plano ou louça de mesa sem chumbo.
- Os resíduos de vidro recolhidos podem involuntariamente conter quantidades mínimas de outros tipos de vidro.
- Não podem ser utilizados como matéria-prima resíduos com vidro provenientes de resíduos sólidos urbanos mistos nem resíduos hospitalares ou de laboratório.
- Não devem ser utilizados como matéria-prima resíduos perigosos.

Estabelece ainda que o produtor ou importador deve emitir, para cada remessa de casco de vidro, uma declaração de conformidade de acordo com o modelo agora aprovado. Esta declaração de conformidade, que pode ser efetuada por via eletrónica, deve ser transmitida ao detentor seguinte da remessa de casco de vidro.

O presente regulamento é aplicável a partir de 11 de junho de 2013. **(JO L 337 de 11/12)**

Código Aduaneiro Comunitário

[Regulamento de Execução n.º 1180/2012](#) da Comissão, de 10 de dezembro de 2012

Altera o Regulamento n.º 2454/93 que fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento n.º 2913/92 do Conselho que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.

(JO L 337 de 11/12)

Vinho / Normas de Qualidade

[Regulamento de Execução n.º 1181/2012](#) da Comissão, de 10 de dezembro de 2012

Autoriza o aumento dos limites do enriquecimento do vinho produzido com uvas colhidas em 2012 em certas zonas vitícolas. **(JO L 337 de 11/12)**

Febre Aftosa / Laboratórios

[Decisão de Execução 2012/766/UE](#) da Comissão, de 7 de dezembro de 2012

Altera a Diretiva 2003/85/CE do Conselho no que diz respeito à lista dos laboratórios nacionais autorizados a manipular o vírus vivo da febre aftosa. **(JO L 337 de 11/12)**

e

[Decisão de Execução 2012/767/UE](#) da Comissão, de 7 de dezembro de 2012

Designa o Pirbright Institute, do Biotechnology and Biological Sciences Research Council (BBSRC), no Reino Unido, como o laboratório de referência da UE para a febre aftosa.

Revoga a Decisão 2006/393/CE. **(JO L 337 de 11/12)**

Agências de Notação de Risco de Crédito

[Resolução 2012/C 380 E/05](#) do Parlamento Europeu, de 8 de Junho de 2011

Relativa às agências de notação de risco de crédito: perspetivas futuras. **(JO C 380E de 11/12)**

Responsabilidade Social das Empresas Europeias

[Resolução 2012/C 380 E/07](#) do Parlamento Europeu, de 8 de Junho de 2011

Reativa à dimensão externa da política social, promoção de normas laborais e sociais e a responsabilidade social das empresas europeias. **(JO C 380E de 11/12)**

Direito Europeu dos Contratos

[Resolução 2012/C 380 E/09](#) do Parlamento Europeu, de 8 de Junho de 2011

Relativa às opções estratégicas para avançar no sentido de um direito europeu dos contratos para os consumidores e as empresas. **(JO C 380E de 11/12)**

Estratégia "Europa 2020"

[Resolução 2012/C 380 E/10](#) do Parlamento Europeu, de 8 de Junho de 2011

Relativa à cooperação europeia no domínio do ensino e da formação profissionais para apoiar a Estratégia "Europa 2020". **(JO C 380E de 11/12)**

Novo Quadro Financeiro Plurianual

[Resolução 2012/C 380 E/13](#) do Parlamento Europeu, de 8 de Junho de 2011

Investir no futuro: um novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para uma Europa competitiva, sustentável e inclusiva. **(JO C 380E de 11/12)**

Objetos de Plástico / Normas de Qualidade

[Regulamento n.º 1183/2012](#) da Comissão, de 30 de novembro de 2012

Altera e retifica o Regulamento n.º 10/2011 relativo aos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os alimentos. **(JO L 338 de 12/12)**

Limites de Resíduos nos Alimentos

[Regulamento de Execução n.º 1186/2012](#) da Comissão, de 11 de dezembro de 2012

Altera o Regulamento n.º 37/2010 relativo a substâncias farmacologicamente ativas e respetiva classificação no que respeita aos limites máximos de resíduos nos alimentos de origem animal, no que se refere à substância foxima.

Emissões de CO2 dos Fabricantes de Automóveis

[Decisão de Execução 2012/770/UE](#) da Comissão, de 11 de dezembro de 2012

Confirma as emissões médias específicas de CO2 e os objetivos de emissões específicas dos fabricantes de automóveis de passageiros, no que respeita ao ano de 2011, nos termos do Regulamento n.º 443/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Boa Governação em Matéria Fiscal

[Recomendação 2012/771/UE](#) da Comissão, de 6 de dezembro de 2012

Publica diversas recomendações relativamente a medidas destinadas a encorajar os países terceiros a aplicar normas mínimas de boa governação em matéria fiscal.

Planeamento Fiscal Agressivo

[Recomendação 2012/772/UE](#) da Comissão, de 6 de dezembro de 2012

Publica diversas recomendações relativas ao planeamento fiscal agressivo no domínio da fiscalidade direta.

DAE/12.12.2012